



Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, Rosana (SP)

Ecotourism in the Environmental Protection Area of the Islands and Floodlands of the Paraná River, Rosana (SP, Brazil)

Roger Lima dos Santos, Patricia Denkwicz

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de ampliação das práticas do ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, tendo em vista que o município faz parte Unidade de Conservação Federal. A globalização, o turismo em massa, os impactos adversos do turismo hegemônico juntamente com a preocupação ambiental desencadearam o surgimento de novos segmentos do turismo, como por exemplo, o ecoturismo, o qual se apresenta como uma alternativa para harmonizar a preservação ambiental com o desenvolvimento turístico. Este segmento se baseia nos princípios da sustentabilidade e da interculturalidade, os quais podem ser importantes para áreas consideradas sensíveis ambientalmente, como é o caso da área de estudo. A metodologia adotada para esse trabalho seguiu uma abordagem qualitativa, em que as entrevistas e a observação direta foram empregadas como técnicas de coleta de dados, para análise dos resultados optou-se pelo emparelhamento teórico-prático. Como resultado, constatou-se que há possibilidade de ampliação das práticas do ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, uma vez que há uma variedade de atrativos e o interesse da população e da gestão turística municipal em desenvolver o referido segmento.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná; Rosana.

ABSTRACT: This work aims to analyze the possibility of expanding ecotourism practices in the APA of the Islands and Floodplains of the Paraná River, considering that the municipality is part of a Federal Conservation Unit. Globalization, mass tourism, the adverse impacts of hegemonic tourism together with environmental concerns have triggered the emergence of new segments of tourism, such as Ecotourism, which presents itself as an alternative to harmonize environmental preservation with development. This segment is based on the principles of sustainability and interculturality, which can be important for areas considered environmentally sensitive, as is the case in the study area. The methodology adopted for this work followed a qualitative approach, in which interviews and direct observation were used as data collection techniques. To analyze the results, a theoretical-practical pairing was chosen. As a result, it was found that there is a possibility of expanding ecotourism practices in the APA of the Islands and Floodplains of the Paraná River, since there is a variety of attractions and the interest of the population and municipal tourism management in developing this segment.

KEYWORDS: Ecotourism; APA of the Islands and Floodplains of the Paraná River; Rosana.

Introdução

No contexto da trajetória humana, o ser humano se apropriou dos recursos naturais de maneira desregrada, resultando no esgotamento dos mesmos, circunstância que se materializa a partir da atual escassez dos recursos naturais. Segundo Neiman e Mendonça (2000) os pensamentos mais intensificados sobre a proteção ambiental surgiram apenas na década de 60, somente após três revoluções industriais e duas guerras mundiais.

De certo modo, mesmo com as atuais preocupações mundiais em torno da problemática ambiental, ainda são praticadas diversas atividades socioeconômicas que degradam intensamente a natureza. A exemplo disso, tem-se o caso da Floresta Amazônica, no Brasil, onde foram desmatados 10.267 km², entre os meses de janeiro e dezembro de 2022. Muito desse desmatamento vem da extração ilegal de madeira e minério, bem como das atividades pecuárias (Greenpeace, 2023).

Entende-se que os interesses econômicos estão diretamente ligados ao avanço da degradação ambiental. Nesse contexto, a exploração intensa dos recursos naturais é justificada pela busca do desenvolvimento econômico das regiões/países.

Nesse contexto, segundo Alves e Granado (2015), o turismo ao utilizar os recursos naturais como atrativos turísticos gera diversos impactos que possuem matrizes tanto positivas quanto negativas. Os aspectos benéficos dos impactos do turismo manifestam-se através de contribuições à comunidade local, como a geração de emprego e renda, a valorização e fortalecimento da cultura, a proteção ambiental, entre outros. No entanto, é importante reconhecer que se não planejado, a atividade turística pode gerar

prejuízos aos destinos, como poluição ambiental, problemas sociais, mercantilização da cultura, etc. Estes fenômenos podem culminar na erosão do atrativo turístico em questão, comprometendo sua capacidade de retenção de visitantes, como enfatizado pelos autores em menção.

Em contraste com as modalidades tradicionais e amplamente disseminadas no turismo, como por exemplo o segmento de sol e praia, surgem discussões em torno de outras formas de praticar o turismo, como o turismo alternativo. Este se fundamenta na premissa de proporcionar uma alternativa ao turismo convencional massificado. Tal abordagem inicialmente contempla a prática de atividades que consideram diversos aspectos: a realização plena do indivíduo, a contribuição progressiva para a esfera educacional, a promoção da igualdade entre as nações, a libertação do ser humano, bem como o respeito à sua identidade e dignidade, além da salvaguarda da originalidade cultural e a preservação do patrimônio cultural e natural das populações (Narvaez, 2014). Dentro dessa modalidade de turismo encontram-se os segmentos de turismo realizado em áreas naturais, como por exemplo, o ecoturismo e o turismo de aventura.

É crucial destacar que a possibilidade de desenvolver o turismo em áreas naturais no Brasil não é viável para todos os ambientes, devido a fragilidade ambiental, a qual por vezes está acompanhada por diretrizes ambientais que limitam o uso público destas áreas, objetivando a preservação ambiental.

No município de Rosana (São Paulo) está localizada a Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná (APA), uma unidade de conservação de uso sustentável. A referida APA é biodiversa e possui diversos recursos naturais capazes de atrair turistas, especialmente, os ligados ao ecoturismo. No entanto, a gestão turística municipal se encontra sem projetos que viabilizem o desenvolvimento dessas atividades.

A partir desse contexto, acredita-se que identificar os atrativos naturais existentes na APA possibilitaria o desenvolvimento de diferentes segmentos turísticos, oportunizando uma oferta diversificada para o município, circunstância que poderá auxiliar no desenvolvimento local e na proteção ambiental, uma vez que o turismo de sol e praia, em sua versão massificada, é capaz de comprometer a disponibilidade dos recursos naturais existentes.

Dessa forma, este estudo visa responder à pergunta: há possibilidades de ampliação das atividades relacionadas ao ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná que compreende o município de Rosana? Para responder essa pergunta o objetivo geral foi “analisar a possibilidade da ampliação das práticas do ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná”. Os objetivos específicos foram: “inventariar e descrever os atrativos turísticos presentes na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná” e “sugerir atividades relacionadas ao ecoturismo em busca do desenvolvimento local e da proteção ambiental”.

Metodologia

Para este estudo aplicou-se a abordagem qualitativa, pois de acordo com Minayo (2001, p.14), essa forma de pesquisa "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]". A abordagem qualitativa busca explicar o porquê, o sentido dos acontecimentos, apresenta soluções, porém não tem como objetivo quantificar e comprovar estatisticamente os fatos, uma vez que os dados trabalhados não são métricos (Gerhardt; Silveira, 2009).

Como ferramentas de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e observações diretas. As entrevistas foram realizadas com as populações locais que residem na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, com os trabalhadores do turismo e com os responsáveis pela gestão turística municipal. As perguntas abordaram questões sobre o interesse pelo desenvolvimento do ecoturismo e sobre as atividades ecoturísticas desenvolvidas.

A escolha dos indivíduos ocorreu através de amostra intencional, que segundo Costa Neto (1977, p. 45), é "composta por elementos da população selecionados intencionalmente pelo investigador, porque este considera que esses elementos possuem características típicas ou representativas da população". Sobre a amostragem das entrevistas aplicou-se o método de saturação que, de acordo com Fontanella (2008, p. 17), "[...] é a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados".

Dessa forma, foram entrevistados 18 indivíduos, sendo: 2 gestores públicos, 9 moradores locais e 7 trabalhadores do turismo. As entrevistas ocorreram entre os dias 20 de setembro e 3 de outubro de 2023, sendo abordados temas relacionados à identificação dos atrativos turísticos e das atividades turísticas exercidas e ao interesse no desenvolvimento do ecoturismo.

É importante destacar que houve uma baixa quantidade de moradores locais, pois segundo o barqueiro responsável pela locomoção durante as entrevistas, identificado neste documento como guia, as pessoas migraram para o perímetro urbano ou até mesmo para outras cidades, diante das dificuldades que encontraram para sobreviver nas ilhas.

Em relação a observação direta, esta ocorreu por meio do Formulário C do Ministério do Turismo, o qual é destinado para a inventariação turística de Unidades de Conservação (UCs). Além disso, observou-se o cotidiano das populações locais, buscando compreender o desenvolvimento turístico da localidade.

A partir destas informações foi realizado um emparelhamento teórico-prático que permite compreender qual é a potencialidade para o desenvolvimento do ecoturismo, bem como, suas limitações.

de Unidades de Conservação (SNUC). Abriga ilhas e ilhotas do Rio Paraná, águas interiores, áreas lagunares, várzeas e áreas de terra firme que margeiam o Rio Paraná. Por sua extensão, foi determinada como local de pesquisa a porção da APA que está localizada no município de Rosana no estado de São Paulo, conforme demonstra a Figura 1 acima.

As características que fazem deste território uma APA, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, s/d), são suas importantes características ecológicas, como a flora nativa da Mata Atlântica e fauna composta por algumas espécies em risco de extinção, como por exemplo: Piracanjuba (*Brycon Orbignyanus*); Cervo-do-Pantanal (*Blastocerus Dichotomus*); Bugio (*Alouatta Fusca*); Lontra (*Lutra Longicaudis*); Anta (*Tapirus Terrestris*); Jaguaritica (*Leopardus Pardalis*); Onça-Pintada (*Panthera Onça*); entre outros animais.

Apesar da sua importância ecológica, a APA ainda não possui plano de manejo, instrumento essencial para a gestão ambiental e do uso público. Esse documento técnico está em elaboração, mas cabe ressaltar que o processo de desenvolvimento teve início em 2015 e até o ano de 2024 não foi finalizado.

De acordo com o ICMBio (s/db), responsável pela gestão da APA, optou-se em adotar um modelo de gestão denominado gestão compartilhada, integrada e participativa (GCIP). Este modelo tem como objetivo reunir esforços com atores e instituições locais em prol da proteção ambiental.

Dessa forma, a gestão compartilhada envolve a participação das prefeituras municipais e consórcios públicos intermunicipais, sendo eles:

- CORIPA (Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência);
- COMAFEN (Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná);
- CONISUL (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul) e;
- CODEVALE (Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema);

Esses consórcios desempenham um papel ativo no Conselho Gestor da APA, participando em reuniões para discutir a gestão ambiental da UC. No entanto, é importante destacar que o município de Rosana não está associado aos referidos consórcios e por ser o único município do estado de São Paulo a fazer parte da APA, não criou o próprio consórcio. Atualmente, esse modelo de gestão tem consolidado a participação social por meio do conselho gestor, composto por 55 instituições que participam ativamente das decisões (ICMBio, s/db).

Vale destacar que Rosana recebe o ICMS Ecológico, instituído na Lei Estadual Nº8.510/1993, que é uma verba repassada para as municípios que possuem algum tipo de área denominadas como “especialmente protegidas” como é o caso da APA em questão (São Paulo, 2023) no entanto não se sabe de que maneira este investimento público está sendo aplicado em Rosana.

O turismo praticado na referida UC está totalmente ligado ao desenvolvimento turístico do município de Rosana, onde realiza-se, especialmente, o turismo de sol e praia, o turismo de pesca e o turismo náutico, segmentos que apresentam características de massificação e sazonalidade. Segundo Granado e Romero (2014) às cidades que fazem uso dos balneários municipais, como é o caso de Rosana, utilizam o turismo e lazer de baixo custo como uma maneira de atrair turistas para estas localidades, fazendo com que o capital gire em torno da cidade, contribuindo para a economia local e para desenvolvimento da infraestrutura básica e turística.

Revisão Bibliográfica

Áreas Naturais Protegidas

As áreas naturais foram historicamente degradadas pela espécie humana e continuam sendo até os dias atuais. No entanto, com o passar dos anos e com o avanço da preocupação ambiental algumas leis e normas surgiram com o intuito de preservar estes locais, como é o caso da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação em que se estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação.

Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza as áreas naturais protegidas são definidas como “espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e gerido por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados”. Em escala internacional, as áreas protegidas são divididas em algumas categorias de gestão com o intuito de estabelecer um controle organizacional sobre a sua criação, sendo elas: Reserva Natural Estrita, Área Silvestre, Parque Nacional, Monumento ou Característica Natural, Área de Gestão de Habitat/Espécies, Paisagem Terrestre ou Marinha Protegida, Áreas Protegidas com uso Sustentável dos Recursos Naturais (IUCN, 2019 apud Leung et al, 2019).

No Brasil, essas categorias são encontradas no SNUC em que são definidas como: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

De acordo com Mercadante (2001), a ideia de criar o SNUC não foi exclusivamente do Brasil, uma vez que resultou das discussões mundiais em torno da questão ambiental e das ações de organizações como o IUCN e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Até a década de 1970, o Brasil necessitava de um plano estruturado para a criação de UC. No entanto, existiam dois sistemas distintos para determinar essas áreas de proteção ambiental. O primeiro, foi estabelecido pelo Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), vinculado ao Ministério da Agricultura. Entre os anos de 1967 e 1988, o IBDF orientou,

coordenou e executou medidas destinadas à utilização sustentável dos recursos naturais. Contudo, havia desafios relacionados à gestão dessas áreas, uma vez que a maior parte dos recursos financeiros estava direcionada para ações de reflorestamento. O segundo sistema surgiu em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que tinha como foco três áreas de atuação: controle da poluição, educação ambiental e conservação dos ecossistemas. Porém, a gestão liderada pela SEMA também enfrentou desafios, uma vez que, como órgão de administração direta, não possuía recursos próprios e contava com uma equipe técnica reduzida que realizava tarefas semelhantes às do antigo IBDF (Hassler, 2005).

Em 1989, a gestão dessas áreas foi transferida para um novo órgão, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que atua como órgão executor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. O IBAMA é responsável por estabelecer diretrizes para a proteção da natureza, sua organização é realizada a partir de cinco diretrizes: Diretoria de Ecossistemas, Diretoria de Recursos Naturais Renováveis, Diretoria de Controle e Fiscalização, Diretoria de Incentivo a Fiscalização e Diretoria de Administração e Finanças (Hassler, 2005).

Nesse contexto, o SNUC foi criado em resposta a uma solicitação de revisão e atualização do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Em 1988, as extintas agências IBDF e SEMA estabeleceram um acordo com uma organização não governamental chamada FUNATURA para iniciar esse processo. Em um primeiro momento eles entregaram ao IBAMA o anteprojeto de lei com os critérios para criar, implementar e gerenciar as unidades de conservação, que só foi sancionado nos anos 2000 (Hassler, 2005).

Assim, foi criado o SNUC, o qual é gerido nas três esferas do governo: federal, estadual e municipal. O referido sistema apresenta os seguintes objetivos (Brasil (2000):

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC define as UCs como “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000). A partir dessa definição são estabelecidos dois principais grupos de UCs, denominados como Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, em que:

- Unidades de Proteção Integral - tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais;
- Unidades de Uso Sustentável - objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais.

Vale ressaltar que de acordo com o SNUC, cada UC possui suas características específicas e por esta razão, o SNUC também rege a criação do plano de manejo que tem como objetivo assegurar o modo como aquela UC será gerida. No Art. 2º, Inciso XVII do SNUC, o plano de manejo é definido como:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Brasil, 2000).

Após a criação do SNUC, foi estabelecido no máximo 5 anos para a elaboração do plano de manejo de cada UC, este prazo terminou em 2005 (MARQUES e NUCCI, 2007), porém, a realidade mostra que a maior parte das UCs brasileiras não possuem esse documento. Segundo os dados do

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Brasil, 2023) regido pelo Ministério do Meio Ambiente, no Brasil existem um total de 2670 unidades de conservação, porém apenas 545 possuem um Plano de Manejo.

Vale destacar que essas normas de proteção ambiental apresentadas pelo SNUC surgem como uma salvaguarda para áreas naturais, apesar das tentativas incessantes de degradação destes territórios. Nesse sentido, Hassler (2005) enfatiza que o Brasil abriga uma vasta biodiversidade biológica em todo o seu território, tem a responsabilidade de proteger e preservar esse valioso patrimônio genético e por esta razão as diretrizes ambientais ganham forças, uma vez que auxiliam nesse processo de proteção da natureza.

Turismo em Áreas Naturais Protegidas

O turismo quando observado apenas pelo viés econômico e desenvolvido sem seguir as premissas da sustentabilidade pode ocasionar, muitas vezes, impactos negativos irreversíveis, especialmente, quando se fala em áreas naturais. Por muitos anos, este foi o cenário turístico, desenvolvia-se uma atividade econômica que buscava atingir um grande quantitativo de pessoas e assim produzir riquezas, utilizando-se de estratégias capitalistas exploratórias. Esta forma de turismo foi denominada como turismo hegemônico (Coriolano; Vasconcelos, 2014).

Nessa linha de raciocínio, o turismo representa uma atividade de considerável impacto nos destinos que engloba, especialmente quando desenvolve-se em áreas naturais ambientalmente sensíveis. No entanto, formas mais sustentáveis do turismo já são discutidas e aplicadas.

Nesse cenário, o turismo assume o papel de um agente guardião do meio ambiente, capaz de promover a sensibilização ambiental, harmonizando as atividades turísticas e a conservação dos ecossistemas.

Nesse sentido, Ramos (2004, p.67) afirma que

[...] é notório o quanto o turismo pode ser prejudicial em todos os aspectos ambientais, mas, não se pode deixar de ressaltar o quanto pode ser uma força positiva em relação ao meio ambiente, a fim de motivar os governos a conservarem o meio ambiente natural e os animais selvagens devido a seus valores como recursos da atividade turística, assim como despertar a consciência dos turistas quanto às questões ambientais e levá-los a participar de campanhas pela preservação ambiental.

Portanto, a educação ambiental emerge como uma ferramenta fundamental. Conforme salientado por Ramos (2004), a educação ambiental se configura como uma necessidade presente não somente para os turistas, mas também para toda a sociedade inserida no contexto turístico. A adoção de uma abordagem educacional voltada para a natureza visa fomentar a sensibilização e a participação responsável não apenas durante os períodos de viagem, mas igualmente ao longo das atividades cotidianas.

Como consequência, aqueles envolvidos na indústria do turismo podem adquirir uma perspectiva mais abrangente sobre a natureza e a relevância da educação ambiental em destinos turísticos. Através da observação da fauna e flora local, os visitantes podem desenvolver uma compreensão mais profunda da natureza e das comunidades locais.

Outra estratégia capaz de beneficiar as áreas naturais e as comunidades tradicionais ou locais é a introdução do Turismo de Base Comunitária (TBC), compreendido como:

uma alternativa ao turismo de massa. Ele representa uma estratégia de desenvolvimento para grupos com menores condições de ingressarem de maneira autônoma (*self-reliance*) na cadeia produtiva do turismo. É uma modalidade de turismo que prioriza o lugar, a conservação ambiental e a identidade cultural (Araújo; Gelbcke, 2008, p. 366).

Com o propósito de atender às necessidades das comunidades locais, o conceito de TBC assume uma função central ao integrar os residentes e ao estabelecer o turismo como uma atividade econômica viável. Conforme destacado por Araújo e Gelbcke (2008), o TBC desempenha um papel de relevância na dinâmica das interações sociais entre os visitantes e os membros das comunidades receptoras, promovendo simultaneamente o respeito e a valorização das culturas intrínsecas a esses locais. Para além desse aspecto cultural, essa abordagem também contribui significativamente para a geração de recursos financeiros necessários à subsistência das comunidades.

Dentro destas perspectivas é importante ressaltar que o turismo, quando abordado sob uma perspectiva educacional, particularmente através da integração da educação ambiental, pode desempenhar um papel crucial na promoção da conservação de áreas naturais. Dessa forma, o estímulo e o apoio proporcionados por entidades externas à aplicação da educação ambiental no turismo não apenas enriquecem a experiência dos visitantes, mas também constituem um suporte essencial para a conservação dessas áreas.

De forma complementar, quando o turismo é examinado do ponto de vista social, como é o caso do TBC, suas implicações são igualmente notáveis. Além de ser uma fonte substancial de renda para as populações locais, esse modelo também se configura como um catalisador de interações sociais e valorização cultural. Através do fomento de um turismo que respeita e envolve as comunidades anfitriãs, o engajamento social é fortalecido e as tradições culturais são mantidas e promovidas. Ao mesmo tempo, esse processo gera um influxo econômico que sustenta tanto os habitantes locais quanto a própria localidade em que o turismo se desenvolve.

O turismo nas áreas de preservação tem características fortes que podem tornar uma força positiva para conservação. Turismo ecológico,

recreação e o uso público estão ligadas a áreas protegidas desde a sua concepção, quando as áreas recebem visitação, os visitantes experimentam e aprendem sobre o patrimônio natural e cultural. Essa abertura faz com que eles possam ter não só o bem-estar pessoal, mas também o estímulo para o cuidado da conservação do local (Calamante, 2022, p.21).

Assim, quando se trabalha o turismo dentro dos aspectos sociais e educacionais, seu papel para as localidades e para a proteção ambiental é benéfico, pois através dessa abordagem o turismo não se resume apenas ao lazer, de certa forma ele pode ser uma ferramenta transformadora que pode beneficiar tanto as comunidades receptoras quanto o ambiente, assegurando um equilíbrio dos aspectos econômicos, sociais e ambientais. E é sob esse aspecto que se discute o Ecoturismo.

Ecoturismo

A Revolução Industrial foi um fator histórico para as questões da preocupação ambiental, uma vez que a busca por matéria prima se tornou predatória para a obtenção de capital, o que modificou completamente a relação homem-natureza (Ganzala, 2018). No entanto, esta preocupação de cunho ambientalista teve início a partir do término da segunda guerra mundial (1945) período em que foi exibido ao mundo os modelos de desenvolvimento econômico adotados por países industrializados. Neste mesmo período, cidades como Los Angeles, Nova York, Chicago, Berlim, Tóquio e Londres já apresentavam níveis alarmantes de poluição atmosférica (Dias, 2002 apud Alcântara, 2006).

Segundo Soto (2012) a disseminação da preocupação ambiental pode estar ligada ao avanço tecnológico, já que a TV, o rádio e a internet impulsionam as notícias relacionadas ao ambiente. De forma geral, as questões ambientais passaram a ser discutidas em várias esferas e instituições, destacando-se o Clube de Roma, o qual por meio de seus relatórios discutia os problemas ambientais e apontava como estratégia o crescimento zero para evitar catástrofes ambientais (Romeiro, 2003).

As acirradas polêmicas geradas pelo Clube de Roma, levaram a Organização das Nações Unidas a promover na Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo. Essa Conferência reuniu representantes de 113 países, com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano. A Conferência gerou a Declaração Sobre o Ambiente Humano e estabeleceu um Plano de Ação, documentos que serviram de base para o surgimento de instrumentos de políticas de gestão ambiental (Dias, 2002 apud Alcântara, 2006).

Dentre os conteúdos discutidos nestes documentos, o turismo aparece como uma atividade capaz de auxiliar na proteção ambiental e no desenvolvimento econômico dos países. É neste momento que o turismo sustentável destaca-se e junto dele o Ecoturismo ganha forças. Os ambientalistas compreenderam que, apesar das críticas que teciam ao turismo, se bem orientado, este poderia constituir uma opção válida para

captação de recursos econômicos para a conservação, bem como melhoria da qualidade de vida das populações (Acerenza, 2007).

Conforme mencionado por Hintze (2009), durante os anos 70, o turismo atingiu o auge em termos de exploração e deslocamento em massa. Esse crescimento, desconhecia limites, sobrepondo-se às questões ambientais. Nesse contexto, no final dos anos 60 e início dos anos 70, o mundo foi impactado por movimentos pacifistas, tais como os movimentos *Black Power*, *Flower Power*, Feministas e o movimento *Hippie*, entre outros. Esses grupos, muitas vezes referidos como minorias, tinham como objetivo central questionar a sociedade capitalista, e por essa razão, estariam ligados às discussões ambientalistas que também realizavam tais questionamentos. A partir dessa perspectiva Hintze (2009) afirma que a origem do ecoturismo tem suas raízes ligadas à filosofia de vida de grupos socioambientalistas.

Compreendia-se que o ecoturismo poderia promover a “autenticidade”, harmonia social e conservação da natureza em uma distribuição equitativa dos lucros (Acerenza, 2007). Tratava-se do que Ruschmann (1997) denominou “renovação do turismo”, renovação necessária, inclusive pelo fato de que o turismo de massa não trazia rentabilidade esperada, em razão da sazonalidade dos fluxos turísticos.

De acordo com os autores Leung et al. (2019) o Ecoturismo é um segmento turístico definido como “viagens responsáveis a áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação”. Segundo Bueno e Pires (2006) o Ecoturismo caracteriza-se por um tipo de viagem realizada em meio a natureza, em que se faz uso dos recursos naturais como atrativos turísticos, sendo estes a matéria prima para o desenvolvimento do ecoturismo.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur, 2010) o ecoturismo é um segmento dentro do turismo que se caracteriza pela utilização sustentável dos recursos naturais e culturais, promovendo a conservação desses patrimônios. Este segmento busca, por meio da interpretação ambiental, fomentar a conscientização ecológica e contribuir para o bem-estar das comunidades locais. Assim, o ecoturismo não apenas valoriza e preserva os ambientes naturais e culturais, mas também desempenha um papel crucial na educação ambiental e no desenvolvimento socioeconômico das populações que habitam essas regiões.

Segundo Pires (1998) apud. Mendes e Ferreira (2010) o termo e Ecoturismo surgiu em 1983, mesmo possuindo sua vertente voltada para o ambiente, este segmento ainda não apresentava as definições atuais. Foi em 1992 com a divulgação do relatório de Brundtland, o qual discutia o desenvolvimento sustentável, que se passa a refletir e desenvolver o Ecoturismo como o conhecemos atualmente.

O Mtur (Brasil, 2010) afirma que o ecoturismo no Brasil teve início na década de 1980, especificamente, em 1985 com a criação do “Projeto Turismo Ecológico” pela EMBRATUR (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo). Após dois anos, 1987, foi criada a Comissão Técnica Nacional juntamente com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA), estas foram as primeiras iniciativas direcionadas ao ordenamento do segmento.

O Ecoturismo tem o objetivo de suprir as falhas do turismo convencional, focando diretamente na educação ambiental, mas também discute as questões socioeconômicas das comunidades. De acordo com Layrargues (2004) existem duas vertentes de ecoturismo, uma ligada ao TBC, em que a comunidade local trabalha em prol do turismo, sendo a gestora e a principal beneficiada pela atividade; e existe a vertente do ecoturismo empreendedor, a qual é coordenada por empresas, as quais concentram em seu poder os benefícios econômicos gerados pela atividade.

Se tratando do envolvimento da comunidade local, o Mtur (2010) diz que “o envolvimento comunitário, principalmente em áreas protegidas, é fundamental para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e para o sucesso do desenvolvimento do ecoturismo”. Neste âmbito, é necessário destacar que da mesma forma que o ecoturismo é importante para as comunidades receptoras em relação à geração de renda e à proteção ambiental, as comunidades também são de suma importância para o desenvolvimento deste segmento, já que o apoio e participação comunitária facilitam o planejamento e desenvolvimento das atividades, porém, vale salientar que para garantir um desenvolvimento e gerenciamento do Ecoturismo, é necessário um apoio e assistência técnica para as comunidades receptoras. Além disso, o MTur (Brasil, 2010) afirma que “o fomento ao ecoturismo pressupõe a consolidação de uma cultura de ação conjunta, visando resultados diretos e indiretos na economia e no desenvolvimento do local”.

O ecoturismo é regido por princípios bases, sendo eles: oferecer ao turista contato com a natureza, pois através desse contato obterá respeito e conhecimento; conscientizar os turistas sobre sua importância ambiental e sociocultural; ajudar na preservação das áreas exploradas; beneficiar a comunidade local em questões econômicas, sociais e culturais, proporcionando melhoria em suas vidas; usar da mão de obra local; utilizar uma infraestrutura harmônica ao meio natural e que atenda às necessidades do turista; e valorizar a cultura local (Instituto Ecobrasil, 2000).

Embora estes princípios sejam amplos e indiquem impactos positivos se cumpridos, é necessário salientar que o ecoturismo também pode ocasionar impactos negativos e sofrer o processo de massificação turística, como é o caso dos safáris africanos.

De acordo com Mitraud et al., (2003) o ecoturismo é um dos segmentos do turismo que apresenta os mais altos índices de crescimento, possuindo cerca de 10 a 20% de aumento ao ano, porém, este crescimento pode ser preocupante, pois demonstra também o seu avanço enquanto uma atividade capitalista, em muitos casos, desenvolvida em um território socioambientalmente frágil.

Nesse sentido, os ecologistas políticos chamam a atenção para as armadilhas do ecoturismo, pois embora haja diversos benefícios econômicos e ambientais, este segmento é insuficiente para as comunidades locais e, por

vezes, é contrabalanceado pela intrusão dos turistas, além da desigualdade de renda entre os membros das comunidades, aumento da poluição, aumento do custo de vida, entre outros (Wearing e Wearing, 2016).

Desta forma, trabalhar a implementação da atividade turística em áreas ambientalmente sensíveis, deve-se atentar ao planejamento, conforme destacam Alves e Granado (2015), quando se pensa na implantação de qualquer atividade turística, o planejamento é fundamental para organizar e desenvolver o turismo de forma sustentável, de modo que seus impactos negativos sejam minimizados e seus impactos positivos maximizados.

Impactos do Ecoturismo

O ecoturismo, conforme supracitado, é uma atividade turística que impacta os locais onde desenvolve-se. De acordo com Fennel (2020) os estudos de impacto social do ecoturismo envolvem uma análise de como a indústria afetou as pessoas locais e seus estilos de vida, enquanto estudos ecológicos enfatizaram como a indústria transformou a natureza física das paisagens locais e regionais. Desse modo, apresenta-se abaixo o (Quadro 3), o qual aponta os impactos positivos e negativos que o ecoturismo pode gerar.

Quadro 3: Impactos do Ecoturismo.

Table 3: Impacts of Ecotourism.

	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção ambiental; -Geração de verbas e normas para a fiscalização do meio natural; 	<ul style="list-style-type: none"> -Deterioração do meio natural na construção de equipamentos ecoturísticos; -Poluição sonora; -Modificação da fauna e flora local; -Emissão de gases poluentes com o vai e vem de veículos de transporte;
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> -Gerador de emprego; -Incentivador do TBC (Turismo de Base Comunitária); -Aplicação da Educação ambiental; -Reconhecimento da cultura local; 	<ul style="list-style-type: none"> -Choque cultural entre a população residente e a dos turistas; -Pouca intervenção da comunidade local na implementação da atividade ecoturística; -Falta de reconhecimento pelo que está sendo realizado por parte da população residente; -Estabelecimento do turismo como única fonte econômica do lugar; -Aceleração das mudanças sociais na população residente; -Confronto entre a população local por pessoas prós e contra a realização da atividade na área;
ECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none"> -Maior giro de capital nas localidades; -Economia não fica estagnada em grandes empresas; 	<ul style="list-style-type: none"> -A sazonalidade; -Problemas políticos e de infraestrutura dos locais onde a atividade está inserida;

Fonte: Agüera (2014) adaptados por autores (2023).

Source: Agüera (2014) adapted by authors (2023).

A implementação de qualquer atividade turística pressupõe a alteração da estrutura social, econômica e ambiental das localidades, seja de forma positiva ou negativa. Em relação às transformações positivas, o ecoturismo destaca-se, pois auxilia na sensibilização ambiental e até mesmo na gestão das áreas onde é implantando, uma vez que criam-se diretrizes para o manejo das mesmas. Há benefícios socioeconômicos, a partir da geração de empregos e renda para as comunidades do entorno e para a própria área e benefícios culturais, por meio da proteção, valorização e fortalecimento da cultura local.

Por outro lado, Agüera (2014) aponta aspectos negativos e destaca a importância de dar atenção a eles. Mesmo que o ecoturismo esteja alinhado com os princípios da proteção ambiental, ele ainda influencia a paisagem através da construção de infraestruturas turísticas e de apoio, aumenta o número de visitantes, o que pode resultar em degradação ambiental, gera poluição sonora que afeta o deslocamento de animais para outras áreas e emite poluentes atmosféricos devido ao transporte, levando a alterações na fauna e flora.

Na esfera social, o autor Agüera (2014) ressalta que podem surgir problemas relacionados ao choque e a transformação cultural das comunidades receptoras. Há também a geração de conflitos entre pessoas pró e contra a implementação do turismo, relacionados à pouca participação da comunidade local nas tomadas de decisões, a falta de reconhecimento e respeito às comunidades locais e de alternativas econômicas - em casos em que o turismo é a única fonte de renda.

Como em outros segmentos, por exemplo o turismo de sol e praia, o Ecoturismo pode sofrer com a sazonalidade, concentrando a geração de renda em determinado período, circunstância que pode gerar impactos negativos sobre as comunidades locais, caso estas não façam a gestão financeira adequada para este contexto (Agüera, 2014).

Outro ponto importante, é o impacto sobre as infraestruturas básicas, uma vez que o Ecoturismo massificado e sem planejamento pode afetar o acesso aos serviços básicos, como água e saúde, devido aos altos fluxos turísticos. Contudo, a falta de políticas públicas que viabilizem estes serviços, também poderá afetar negativamente o desenvolvimento do Ecoturismo, visto que a demanda não terá acesso a estes serviços por ineficiência do Estado.

A discussão em torno dos impactos positivos do Ecoturismo é consolidada e bastante difundida, mas é importante destacar também os impactos negativos, uma vez que estes ocorrerão de qualquer forma, cabendo ao profissional responsável pelo planejamento e implantação das atividades, a amenização destes impactos. Também é necessário combater a utopia do Ecoturismo ainda como oposição ao turismo massificado, visto que atualmente o turismo de massa está presente em algumas áreas que desenvolvem o segmento. É necessário refletir que a oposição estaria no Ecoturismo de Base Comunitária, o qual apresenta diferentes premissas de planejamento, gestão e desenvolvimento das atividades turísticas.

Resultados e Discussões

Atrativos turísticos da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná

Conforme já mencionado, a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná está localizada no município de Rosana. A cidade conta com um território de 744.011 km², ocupado por aproximadamente 17.440 habitantes de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). O turismo é uma das principais fontes de renda do município, pois conta com diversos atrativos naturais, como por exemplo, o Balneário Municipal, as praias naturais no meio do Rio Paraná, assim como o encontro dos rios.

Conforme a metodologia empregada neste estudo, o preenchimento do Formulário C1 - Unidades de Conservação, fornecido pelo Mtur, foi conduzido para coletar informações sobre os atrativos turísticos presentes na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

É relevante salientar que o município de Rosana concentra sua oferta turística principalmente no Turismo de Sol e Praia, no Turismo de Pesca e no Turismo Náutico. Sendo assim, sua infraestrutura turística é direcionada para essas atividades.

Considerando o objetivo de inventariar os atrativos turísticos presentes na APA com base no que foi registrado no Formulário C1 - Unidades de Conservação, o (Quadro 4) apresenta os atrativos atuais e potenciais, bem como sua infraestrutura.

Quadro 4: Atrativos turísticos da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

Table 4: Tourist attractions of the APA of the Islands and Floodplains of the Paraná River.

ATRATIVOS	DISPONIBILIDADE																	
	Sinalização		Acessibilidade		Transporte		Estaciona- mento		Rua Pavimenta- da		Sanitários		Ponto de Informação Turística		Acesso Gratuito		Wi-Fi	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Ilhas		X		X	X			X		X		X		X		X		X
Mirante Municipal	X			X		X	X			X		X		X	X		X	
Encontro dos Rios		X		X	X			X		X		X		X	X			X
Trilha das Três Rampas		X		X		X		X		X		X		X	X			X
Balneário Municipal	X		X			X	X		X		X			X	X		X	
Rios e Praias Naturais		X		X	X			X		X		X		X	X			X

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Source: prepared by the authors (2023).

Descrição dos atrativos ecoturísticos

- **Ilhas:** As ilhas no município de Rosana abrigam extensas áreas verdes, proporcionando aos visitantes uma experiência de contato com a natureza.



Figura 2: Ilhas da APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.
Figure 2: Islands of the APA Islands and Floodplains of the Paraná River.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Source: Prepared by the authors (2023).

A visitação a essas ilhas é possível apenas por vias fluviais, e caso os interessados em conhecê-las não possuam seu próprio meio de transporte, podem contratar os serviços de barqueiros que estão disponíveis no Balneário Municipal da cidade para realizar passeios.

Essas ilhas possuem um potencial considerável para atividades ecoturísticas, como por exemplo: trilhas, passeios de caiaque, mergulho de snorkel e turismo de observação da vida silvestre. No entanto, atualmente, apenas o turismo náutico e o turismo de sol são desenvolvidos nesses locais. Aproveitar e investir nesse potencial, transformaria as ilhas em um atrativo ecológico notável para a promoção do turismo sustentável na região.

Vale ressaltar que, dentro dessas ilhas, ainda residem moradores locais, os quais poderiam desempenhar um papel importante no Ecoturismo, oferecendo comidas e bebidas típicas, atuando como guias e até mesmo disponibilizando hospedagens. Compreende-se que ações nessa linha poderiam contribuir significativamente para a valorização da cultura local e proporcionariam uma experiência turística mais autêntica aos visitantes.

- **Mirante Municipal:** é uma das estruturas turísticas mais recentes em Rosana. Localizado em um ponto elevado, em oferece a contemplação da paisagem das ilhas e do Rio Paraná, conforme demonstra a (Figura 3, próxima página).

Apesar de ser um atrativo relativamente novo, ele possui uma infraestrutura adequada, incluindo até mesmo acesso à rede Wi-Fi. No entanto, há alguns aspectos a serem considerados. O acesso ao mirante é feito por via não pavimentada, o que pode ser um desafio, especialmente em condições climáticas adversas. Além disso, o atrativo não dispõe de instalações sanitárias, o que pode ser inconveniente para os visitantes.



Figura 3: Mirante Municipal de Rosana.

Figure 3: Municipal Viewpoint of Rosana.

Fonte: Prefeitura de Rosana (s/d) adaptação dos autores (2022).

Source: Rosana City Hall (n/d) adapted by the authors (2022).

Também é importante notar que o Mirante Municipal não oferece acessibilidade inclusiva, uma vez que possui uma grande escadaria e a ausência de pisos táteis, o que torna o local pouco acessível para pessoas com deficiência (PcDs).

Apesar desses desafios, o Mirante Municipal já está desempenhando um papel significativo no incentivo ao turismo sustentável na região, proporcionando oportunidades para realização de fotos e o turismo de observação da vida silvestre.

- **Encontro Dos Rios:** este local é conhecido pelo encontro dos Rios Paraná e Paranapanema, o qual gera uma mistura de coloração entre as águas, além de ser uma tríplice fronteira - entre os estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, conforme demonstra a (Figura 4) abaixo:



Figura 4: Encontro dos Rios.

Figure 4: Meeting of the Rivers.

Fonte: Prefeitura Municipal de Rosana (s/d).

Source: Rosana City Hall (n/d).

Atualmente, sua visitação pode ser realizada por vias fluviais e terrestres, porém, assim como o acesso do Mirante do município, o trajeto para o Encontro dos Rios também não é pavimentado, e apesar de ser um atrativo turístico importante para o município, o local não conta com infraestrutura adequada para receber turistas, apenas uma pequena estrutura

sinalizando que ali se encontra o marco-zero do estado de São Paulo e a divisa entre os três estados.

Pela localização estratégica e por sua importância ambiental, o local poderia receber uma infraestrutura turística que possibilitasse o turismo de observação da vida selvagem e da paisagem, o astroturismo, trilhas e a prática do trekking, uma vez que está há, aproximadamente, 10 km do balneário municipal.

Esse local até recentemente não era considerado um atrativo pela gestão turística de Rosana. No entanto, durante as entrevistas, um dos gestores afirmou que o atrativo foi consolidado por turistas e moradores locais, os quais passaram a visitar o local, criando assim uma clareira que atualmente é utilizada como estacionamento de veículos. Além disso, o local enfrentou problemas com deslizamentos de terra como evidenciado na declaração do gestor.

- **Trilha das Três Rampas:** esta trilha é um trajeto por dentro da mata que interliga as Três Rampas (local conhecido para o embarque e desembarque de barcos) ao Balneário Municipal de Rosana, possuindo um pequeno circuito de aproximadamente 100 metros e de dificuldade baixa. No entanto, não há sinalização adequada, como também não recebe a manutenção necessária. Durante a coleta de dados foi possível observar a dificuldade para acessá-la, por estar completamente inativa e com mata fechada, o que compromete a atratividade. Para a realização do Ecoturismo, a Trilha das Três Rampas poderia ser considerada um atrativo para o turista que busca o contato com a natureza.



Figura 5: Trilha das Três Rampas.

Figure 5: Três Rampas Trail.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Source: Prepared by the authors (2023).

- **Balneário Municipal:** este atrativo é o mais famoso do município de Rosana, juntamente com as Praias que se formam no meio do Rio Paraná. O Balneário conta com infraestrutura turística, a qual é composta por banheiros, bares, restaurantes e *playground*, além de uma infraestrutura para a realização de eventos municipais (*shows*) e esportes aquáticos.



Figura 6: Balneário Municipal de Rosana.

Figure 6: Rosana Municipal Bathhouse.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Source: Prepared by the authors (2023).

- **Rios e Praias Naturais:** os rios que passam pelo município de Rosana não apenas incorporam o Balneário Municipal como um atrativo, mas também, por si só, se apresentam como um atrativo de destaque. Nesta localidade, além do turismo convencional de sol e praia, as águas dos rios desempenham um papel crucial na geração de energia por meio das usinas hidrelétricas Engenheiro Sérgio Motta e Usina Hidroelétrica Rosana.

Adicionalmente, os rios Paraná e Paranapanema proporcionam um ambiente propício para a prática da pesca, dando origem ao turismo de pesca, um segmento consolidado no município.

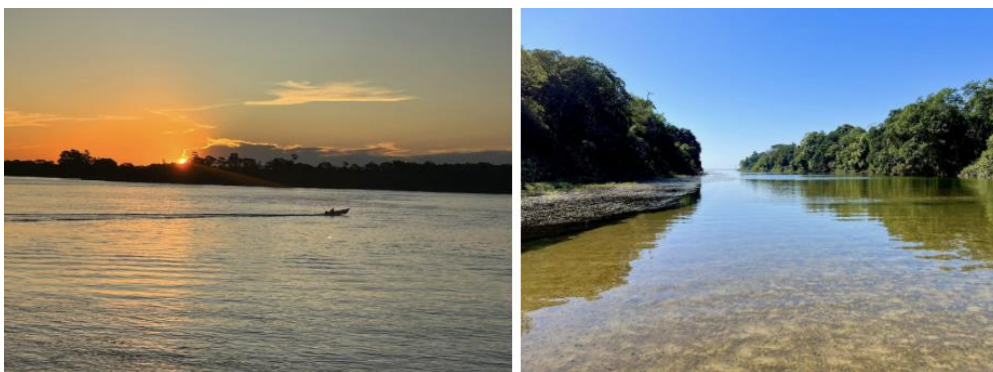


Figura 7: Rio Paraná.

Figure 7: Rio Paraná.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Source: Prepared by the authors (2023).

Possíveis Atividades Ecoturísticas

A coleta de dados revelou que grande parte dos recursos naturais da APA não são desenvolvidos turisticamente, circunstância que não possibilita a realização de diversas atividades. Nesse sentido, apresenta-se abaixo algumas possibilidades de atividades turísticas a serem consideradas:

- **Astroturismo:** por ser uma APA distante de grandes centros urbanos, o local possui pouca poluição luminosa, o que é fundamental para o desenvolvimento do Astroturismo. A referida atividade, consiste na observação do céu noturno (estrelas, lua, eclipse, entre outros). Sobre esse segmento, estudos dos autores Violin, Honorato e Lima (2022) demonstram o grande potencial da realização do Astroturismo em Rosana.

- **Caiaque e Canoagem:** pelo destaque do recurso hídrico, poderiam ser desenvolvidas atividades como a canoagem e o passeio de caiaque, as quais utilizam de forma indireta os recursos naturais, o que consequentemente diminui os possíveis impactos negativos oriundos do turismo. Vale ressaltar que esta atividade ocorre de maneira incipiente e sem planejamento turístico. Como única atividade desenvolvida, cita-se o 1º Passeio Ecológico de Caiaque, evento que ocorreu no Balneário Municipal, com um trajeto de 14 km até o Porto Maringá, em Marilena/PR. A continuidade desse tipo de evento ou a promoção de atividades relacionadas ao passeio de caiaque e a canoagem, podem auxiliar na diversificação da oferta turística do município de Rosana, bem como promover o desenvolvimento local e sensibilizar o turista por meio do contato com os recursos naturais.

- **Turismo de Observação da Vida Silvestre:** como já mencionado, a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná é biodiversa, apresentando um número significativo de animais silvestres, contexto que pode incentivar o desenvolvimento do Turismo de Observação. Vale destacar que há uma parceria entre a prefeitura de Rosana e o Instituto Mamede, em que se desenvolve o Projeto "Vem Passarinhos Rosana". Este projeto consiste na realização do birdwatching no município e no distrito de Primavera, com a finalidade de identificar e catalogar as espécies de aves da região, porém não ocorre necessariamente na APA. Dessa forma, cabe à gestão turística municipal observar as atividades que estão sendo desenvolvidas no município e planejá-las para serem praticadas na APA, traçando objetivos relacionados ao desenvolvimento turístico e à proteção ambiental.

- **Mergulho Guiado com *snorkel*:** dentro da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná há possibilidade de desenvolver o mergulho guiado, o qual é basicamente o mergulho, podendo ser realizado em águas profundas, com o auxílio de equipamentos e acompanhamento de um profissional. As águas presentes em alguns pontos na APA são calmas e possuem grande visibilidade, devido a sua transparência, características que possibilitam o desenvolvimento desse tipo de atividade.

- **Trilhas/Trekking:** essa atividade consiste principalmente em caminhadas curtas pela mata, com duração máxima de um dia, e o uso de equipamentos básicos. É importante destacar que o *trekking* é uma atividade semelhante, porém, realizada por mais de um dia, requerendo pernoite, normalmente em acampamentos, ao longo da trilha. A APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná oferece uma vasta área verde, em que já há a existência de uma trilha, a Trilha das Três Rampas. Embora esteja atualmente inativa, essa trilha poderia ser um atrativo interessante para entusiastas dessa prática. Vale ressaltar que a prática das trilhas é um dos pontos fortes do Ecoturismo, pois esta atividade estabelece o contato do homem com a natureza, sendo este um dos princípios do Ecoturismo.

- **Camping:** essa atividade envolve, essencialmente, a prática de acampamento ao ar livre, onde os participantes pernoitam em meio à natureza, utilizando equipamentos como barracas, colchões infláveis e lanternas para criar abrigos temporários. Além de proporcionar contato com a natureza, o camping também serve como uma forma de escapar da rotina urbana. Vale ressaltar que essa atividade ocorre em Rosana, no Balneário Municipal, porém não com o intuito de desenvolver o Ecoturismo. Uma ressalva importante é que a área, atualmente utilizada para o camping, é proibida, uma vez que possui uma torre de transmissão de energia, o que representa risco de morte para os turistas. No entanto, a falta de fiscalização permite que os turistas utilizem a área e sua estrutura. Além disso, o camping não é realizado em áreas mais internas da APA e por esta razão surge como uma sugestão de atividade ecoturística.

Uma sugestão de local seria a áreas das Três Rampas, onde há uma clareira, atualmente utilizada como estacionamento. No entanto, acredita-se que transformar parte desse espaço em uma área de camping, seria benéfico para o desenvolvimento do ecoturismo na região.

Para a realização dessas atividades sugeridas, é importante compreender o posicionamento da população e gestão local sobre a prática do Ecoturismo. Nesse sentido, a partir das entrevistas realizadas, identificou-se que a maioria dos habitantes da APA trabalha com passeios/transporte de barcos, como motoristas particulares de turistas que visitam o pontal paulista para a prática da pesca e com serviços de limpeza, em que higienizam as casas de veraneio de turistas, conhecidas na região como “ranchos” (Figura 8).



Figura 8: Propriedade de turistas.

Figure 8: Tourist property.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Source: Prepared by the authors (2023).

As ilhas existentes na APA são ocupadas por diversas casas de veraneio, conforme demonstrado na (Figura 8), e por casas de moradores locais, os quais têm esse território como local de moradia e subsistência.

Entretanto, apesar dessas características habitacionais e turísticas, a APA é primeiramente uma área de proteção ambiental, circunstância que tem gerado diversos conflitos socioambientais entre o órgão ambiental (ICMBio), o poder público e os moradores, devido aos diferentes interesses de utilização do território e seus recursos naturais. Apesar desse contexto, a população e a gestão local demonstraram interesse em desenvolver o turismo na região, havendo uma ressalva dos moradores sobre a importância e necessidade de a gestão apoiar o desenvolvimento turístico da região, seja por meio de políticas públicas de incentivo financeiro ou de capacitação técnica.

Refletir sobre roteiros ou programas ecoturísticos pode ser uma estratégia importante para o desenvolvimento turístico de localidades com atrativos naturais. Nessa perspectiva Fennel (2020) afirma que se os prestadores de serviços de ecoturismo desenvolverem programas significativos para os participantes, a utilização de um modelo de planejamento de programas recreativos amplamente aceito será útil para gerar experiências satisfatórias, bem como empresas lucrativas. Isso inclui filosofia do programa, planejamento, design, implementação e avaliação.

É importante salientar que o planejamento para o desenvolvimento do ecoturismo é fundamental, pois de acordo com Baloch et al. (2022) a sustentabilidade do ecoturismo se concentra na viabilidade econômica dos interesses comerciais, juntamente com a conservação e preservação dos ecossistemas naturais, incluindo a justiça ética para o ambiente sociocultural da comunidade anfitriã. A partir dessa perspectiva, o ecoturismo coloca-se como um fenômeno que contribui para a sustentabilidade ambiental por meio de uma gestão de destino bem planejada e cuidadosa, capaz de equilibrar interesses conflitantes de crescimento dos negócios e sustentabilidade ambiental.

Considerações Finais

De fato, a implementação de atividades turísticas, especialmente dentro de uma UC, é um processo complexo. Além de atender às diretrizes ambientais, a atividade deve ser cuidadosamente planejada de modo a ser benéfica para os habitantes locais e para proteção da natureza. É essencial encontrar um equilíbrio que permita tanto a preservação ambiental quanto a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

No caso da APA das Ilhas e Várzea do Rio Paraná, a ausência de uma diversificação da oferta turística mantém a população local presa ao turismo de sol e praia, à pesca e à prestação de serviços aos proprietários de casas de veraneio, circunstância que dificulta o avanço do desenvolvimento local e da inclusão social por meio do turismo.

Entende-se que a promoção de atividades que permitam a integração da comunidade local no setor turístico e que respeitem os princípios da sustentabilidade, pode ser benéfica para todas as partes envolvidas, ajudando a garantir a conservação do ambiente natural e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

Contudo, a ampliação das práticas do ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná depende de um processo de transformação na gestão turística municipal, a qual deve conhecer e desenvolver de forma sustentável os atrativos e atividades turísticas disponíveis na APA.

De fato, o município de Rosana possui potencial para o ecoturismo, dado seu patrimônio natural, o qual inclusive já atrai diversos turistas. No entanto, essa potencialidade é substancialmente subutilizada, uma vez que a gestão, a população local e trabalhadores do turismo parecem estar acomodados ao turismo de sol e praia, segmento que não atende as expectativas de diversificação da oferta turística e, conseqüentemente, de desenvolvimento local e proteção ambiental.

Atividades ecoturísticas como trilhas, mergulhos, camping, canoagem, caiaque, astroturismo, entre outras poderiam ser desenvolvidas com custo relativamente baixo, devido a pouca infraestrutura que precisam para seu desenvolvimento. Porém para que essas opções sejam viáveis é necessário que os atores envolvidos no planejamento turístico tenham uma percepção mais ampla da atividade turística e dos seus impactos positivos sobre as localidades receptoras e que busquem desenvolver um plano turístico que considere efetivamente a potencialidade turística da área, bem como, considere a natureza preservada como parte da atratividade.

Por fim, é importante destacar que poucos trabalhos de pesquisa com os moradores da APA foram desenvolvidos, evidenciando o conhecimento superficial sobre o contexto turístico e socioambiental dessa população. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para pesquisas futuras e sirva como um ponto de partida para a discussão sobre a relevância de um esforço conjunto entre comunidade local e gestores turísticos e ambientais em prol da diversificação da oferta turística, da preservação da natureza e do desenvolvimento local.

Agradecimentos

Este projeto foi desenvolvido no âmbito do curso de Turismo na FEC (Faculdade de Engenharia e Ciências) do campus da UNESP em Rosana-SP. Contou com o financiamento da COPE CONECTA (Coordenadoria de Permanência Estudantil) e foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2023. Dessa forma, agradeço à UNESP pelo apoio.

Referências

ACERENZA, Miguel Angel. **Conceptualización, origen y evolución del turismo**. México: Trillas, 2007.

AGÜERA, Francisco Orgaz. Los impactos económicos, sociales y medioambientales negativos en el ecoturismo: una revisión de la literatura. **Nómadas: Critical Journal of Social and Juridical Sciences**, n. 42, p. 139-148, 2014.

ALCÂNTARA, Christiane Madalena Matheus. **O despertar da consciência ambiental nas empresas: o surgimento do gerenciamento ecológico**. Resende: Seget, 2006.

ALVES, Glenda Lislle Maciel; GRANADO, Danielli Cristina. Turismo e impactos ambientais no Balneário Municipal de Rosana-SP. In: **Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Presidente Prudente, p. 894-902, out. 2015.

ARAÚJO, Guilherme Pinto; GELBCKE, Daniele Lima. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo: Visão e Ação**, v. 10, n. 3, p. 358-377, 2008.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ. **Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/1266>. Acesso em: 4 out. 2022.

BALOGH, Qadar Bakhsh; SHAH, Syed Naseeb; IQBAL, Nadeem; SHEERAZ, Muhammad; ASADULLAH, Muhammad; MAHAR, Sourath; KHAN, Asia Umar. Impact of tourism development upon environmental Sustainability: a suggested framework for sustainable ecotourism. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 30, p.5917–5930, 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.786, de 30 de set. de 1997. **Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1997/Dnn5786.htm#:~:text=DNN%205786&text=DECRETO%20DE%2030%20DE%20SETEMBRO,Sul%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/map>. Acesso em: 4 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BUENO, Fernando Protti; PIRES, Paulo dos Santos. Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. In: **Seminário de pesquisa em turismo do MERCOSUL**, v. 4, 2006.

CALAMANTE, Veronica Maria dos Santos. **Parque Natural Municipal Salto Botelho em Lucélia-SP: um estudo para sua implementação**. 2022.

CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Lazer e turismo: novas centralidades da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 3-22, ago. 2014.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, v. 264, 1977.

FENNEL, David. **Ecotourism**. 5ª Ed.: Londres, 2020.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 17-27, 2008.

GANZALA, Gabryelly Godois. **A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI**. Curitiba: Uninter, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GRANADO, Danielli Cristina; ROMERO, Luiz Rogério. Lazer e turismo na Represa de Jurumirim. In: HENRY, Raoul (Org.). **Represa de Jurumirim: ecologia, modelagem e aspectos sociais**. Ribeirão Preto, SP: Holos Editora, 2014. p. 367-376.

GREENPEACE. **Amazônia perdeu 10.267 km² em 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/amazonia-perdeu-10-267-km-em-2022-aponta-deter/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

HASSLER, Márcio Luís. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.

HINTZE, Hélio César. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 2, n. 1, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Rosana-SP. Cidades e Estado (2022)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/rosana.html>. Acesso em: 1 nov. 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/apa-das-ilhas-e-varzeas-do-rio-parana>. Acesso em: 18 out. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná**. (s/d). Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/praticasinovadoras/todas-as-praticas/231-gestao-compartilhada-integrada-e-participativa- protege-apa-ilhas-e-varzeas-do-rio-parana.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Ecoturismo – Turismo Sustentável**. Manaus, 2000. Disponível em: http://www.ecobrasil.org.br/publicue/media/acordo_de_mohonk.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidades de Conservação no Brasil**. Dourados-MS, 2023. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1266>. Acesso em: 12 fev. 2023.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 1, p. 38-45, 2004.

LEUNG, Yu-Fai et al. **Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas**. Gland: IUCN, 2019. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-027-Pt.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MARQUES, Anésio da Cunha; NUCCI, João Carlos. Planejamento, gestão e plano de manejo em unidades de conservação. **Revista Ensino e Pesquisa (União da Vitória)**, v. 4, p. 33-39, 2007.

MENDES, Jaime Nogueira; FERREIRA, Marcos César. Afinal, o que é ecoturismo?. **Geografia**, v. 35, n. 2, p. 399-410, 2010.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: HERMAN, A. B. (Coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. 2001, p. 190 – 231.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, tecnologia e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MITRAUD, Sylvia et al. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**. Brasília: WWF Brasil, nov. 2003.

NARVAEZ, Estela Lucía. El turismo alternativo: una opción para el desarrollo local. **RevIISE: Revista de Ciencias Sociales y Humanas**, v. 6, n. 6, p. 9-18, 2014.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2000.

RAMOS, Gilmar Cristina. **Turismo e meio ambiente**. São Paulo: UniFMU, 2004.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 1-29.

ROSANA. Portal de Turismo: **Atrativos. Prefeitura Municipal de Rosana**. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/turismo/atrativos/>. Acesso em: 15 out. 2023.

RUSCHMANN, Doris Van De Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1997.

SÃO PAULO. ICMS Ecológico, **Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/icms-ecologico/#>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SOTO, Nidia Rebollo. **Ecoturismo**. Tlalnepantla, Estado de México: Red Tercer Milenio S.C., 2012. Disponível em: <http://up-rid2.up.ac.pa:8080/xmlui/handle/123456789/2036>. Acesso em: 5 dez. 2022.

VIOLIN, Fábio Luciano; HONORATO, Vitor Barbato; LIMA, Ana Beatriz Rodrigues. The night sky as a heritage of humanity and astrotourism as a tourist potential in the rural regions of Rosana/SP. **Applied Tourism**, v. 7, n. 2, p. 22-28, 2022.

XAVIER, Erick Caldas; ARAUJO, Letícia Nunes; KIRCHHEIM, Pablo Davi. **Gestão integrada, compartilhada e participativa protege APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná**. Brasília, DF: ICMBio. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/praticasinovadoras/todas-as-praticas/231-gestao-compartilhada-integrada-e-participativa-protege-apa-ilhas-e-varzeas-do-rio-parana.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

WEARING, Stephen; WEARING, Michael. Ecotourism or eco-utilitarianism: exploring the new debates in ecotourism. In: NORUM, R.; MOSTAFANEZHAD, M.; SHELTON, E. J.; THOMPSON-CARR, A. (Eds.). **Political ecology of tourism: community, power and the environment**. London/New York: Routledge, 2016. p. 188-206.

Roger Lima dos Santos: Universidade Estadual Paulista, Rosana, SP, Brasil.

E-mail: rogerlimasan16@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6436911828102193>

Patricia Denkewicz: Universidade Estadual Paulista, Rosana, SP, Brasil.

E-mail: patricia.denkewicz@unesp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5167104498373819>

Data de submissão: 30 de janeiro de 2024

Data do aceite: 03 de dezembro de 2024

Avaliado anonimamente